



O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

THE FINANCIAL PLANNING AS A MECHANISM OF SUSTAINABILITY PARTNERSHIP VENTURES INFORMAL ECONOMY

La PLANIFICACIÓN FINANCIERA COMO MECANISMO DE SOSTENIBILIDAD DE ASOCIACIÓN EMPRESAS ECONOMÍA INFORMAL

Vagner Dória Araujo, BEL.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Brazil
vagner_d.a@hotmail.com

José da Conceição Santana, MSc.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Brazil
jose.santana2@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo discute como o planejamento financeiro pode contribuir para os empreendimentos informais da economia em sua sustentabilidade, além de identificar os modelos de planos e índices financeiros existentes, em empreendimentos da cidade de Salvador, localizada no território da região metropolitana de Salvador. Também procura discutir o impacto desses modelos no grau de sustentabilidade dos empreendimentos. Para a elaboração do artigo foram realizadas pesquisa de campo, através de entrevistas semi-estruturadas e levantamento de dados secundários. Por fim, o artigo mostra que 5 dos 13 empreendimentos demonstraram possuir sustentabilidade não apenas através da saúde financeira, mas pela satisfação apresentada pelos associados em fazer partes do seu empreendimento.

Palavras-chave: Planejamento financeiro; Economia Solidária; Empreendimentos Informais; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This article discusses how financial planning can contribute to the economy of informal enterprises in their sustainability, and identify models of existing plans and financial ratios, on developments in the city of Salvador, located in the territory of the metropolitan region of Salvador. Also discusses the impact of these models on the degree of sustainability of the projects. For the elaboration of Article fieldwork were conducted through semi-structured survey of secondary data and interviews. Finally, the article shows that 5 of the 13 projects have demonstrated sustainability not only through financial health, but the satisfaction shown by the partners to make parts of your enterprise.

Keywords: Financial planning; Solidarity Economy; Informal Developments; Sustainability.

RESUMEN

En este artículo se analiza cómo la planificación financiera puede contribuir a la economía de las empresas informales en su sostenibilidad, e identificar modelos de los planes existentes y los ratios financieros, sobre la evolución de la ciudad de Salvador, situado en el territorio de la región metropolitana de Salvador. También se analiza el impacto de estos modelos en el grado de sostenibilidad de los proyectos. Para la elaboración del artículo el trabajo de campo se llevaron a cabo mediante una encuesta semi-estructurada de datos secundarios y entrevistas. Por último, el artículo muestra que 5 de los 13 proyectos han demostrado la sostenibilidad no sólo a través de la salud financiera, pero la satisfacción mostrada por los socios para hacer piezas de su empresa.

Palabras clave: Planificación; Economía Solidaria; Las empresas informales, La sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as finanças nos empreendimentos solidários, tendo como foco principal o planejamento financeiro como mecanismo de controle e organização das finanças, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos informais da economia solidária. Pelo alcance do trabalho, não se pretende abranger todos os empreendimentos econômicos solidários da cidade de Salvador - BA, mas se realizar um estudo especulativo, tendo por base alguns desses empreendimentos.

A cidade de Salvador – capital do Estado da Bahia - está localizada no território de identidade da região metropolitana de Salvador, possui uma área territorial de 693,276 km² e uma população estimada no ano de 2013 em 2.883.682 de pessoas (IBGE, 2010). Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2011), Salvador possui um PIB de 38.819,52 milhões, sendo 24,28% do PIB total do estado, o PIB per capita da primeira capital do Brasil esta na casa dos 14.411,73 mil.

É objetivo do presente identificar o nível de planejamento financeiro nos empreendimentos informais e empreendimentos associativos localizados em Salvador, relacionando essa existência com a sua sustentabilidade. Para isso, tem-se como objetivos específicos: identificação dos modelos de planejamento financeiro nos empreendimentos; verificar a existência de índices financeiros; e, calcular os pontos de equilíbrio dos empreendimentos estudados.

O referido trabalho está organizado em seis tópicos. No tópico um, tem-se uma breve abordagem sobre a economia informal, a economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários. O tópico seguinte busca apresentar o significado e as diferenças do conceito de sustentabilidade. O terceiro tópico discute-se o planejamento financeiro de curto e longo prazo e a importância dessa ferramenta no controle das contas dos empreendimentos da economia solidária. A origem, características e importância dos indicadores financeiros nos empreendimentos econômicos solidários foram apresentadas no quarto tópico. No quinto tópico, procura-se fazer a análise do grau do planejamento financeiro nos empreendimentos pesquisados, assim como apresentar o perfil, a identificação dos planos e análise dos indicadores financeiros nos empreendimentos econômicos solidários. Por fim, a conclusão do trabalho apresenta os resultados e desafios para o planejamento financeiro ser utilizado como indicador de sustentabilidade.

A sustentação teórica tem como base, as revisões bibliográficas dos textos referentes ao tema proposto pelo trabalho e a pesquisa de campo.

Foi utilizada uma pesquisa exploratória para atingir o objetivo desse trabalho. A coleta de dados primários foi feita por aplicação de dois tipos de instrumentos de pesquisa. Em um dos instrumentos foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada, para permitir a captação de dados qualitativos. Já para a coleta de dados quantitativos foi aplicado um questionário sobre o desempenho financeiro do empreendimento.

Através do tratamento dos dados obtidos em campo, o trabalho pretende identificar a existência de algum tipo de planejamento financeiro nos empreendimentos informais localizados em Salvador, relacionando essa existência com a sua sustentabilidade.

Foram objeto de pesquisa 13 empreendimentos, localizados nos bairros de Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, Liberdade e Boca do Rio. Os critérios adotados para que os empreendimentos participassem das

entrevistas foram: o empreendimento deveria ser de origem familiar ou de caráter associativo; o seu modo de produção deveria ser artesanal; não deveria possuir registro formal sobre o empreendimento em juntas comerciais, fóruns comerciais e qualquer tipo de instituição ou órgão que formalize o empreendimento.

2 A ECONOMIA INFORMAL E OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

2.1 A economia informal

Segundo Krein e Proni (2010 apud OIT, 1972) o setor informal ganhou bastante destaque nos anos de 1970 sendo redefinido na década de 2000 pelo conceito de economia informal. A OIT - Organização Internacional do Trabalho em meados dos anos 70 definiu essa economia como uma atividade característica dos países subdesenvolvidos, onde a evolução dos tratos mercantis modernos não foi capaz de absorver a grande maioria da população para o padrão de trabalho capitalista, ocorrendo assim o nascimento das novas possibilidades de geração de emprego e renda.

A partir do ano de 1991 a economia informal passa por uma grande transformação assim como conclui Krein e Proni (2010) em sua obra. Dessa maneira a questão do mercado informal foi novamente discutida pela OIT na 78ª Conferência Internacional do Trabalho. O novo obstáculo a ser superado, segundo a OIT, pelos países de maior predomínio do setor informal, seria unificar esse setor com os modernos processos econômicos que estariam surgindo, além de criar e expandir programas para o bem-estar das pessoas e da seguridade social para os trabalhadores inseridos no meio informal. Esse setor estaria agora exposto a um novo mundo desenvolvido e de constante aumento de desemprego e da reparação do trabalho precário (KREIN; PRONI, 2010).

Cacciamali (2000) cita em seu estudo sobre o setor informal, o trabalho da OIT em compor um conceito concreto e de criar formas que possam auxiliar os países com os conhecimentos mínimos sobre este setor da economia. Todos esses assuntos foram discutidos na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em Genebra, no ano de 1993. Decidiu-se nessa conferência, classificar os empreendimentos informais em dois tipos: “empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresas com trabalho assalariado”.

Com o passar da década de 1990 e iniciando os anos 2000, de acordo com Krein e Proni (2010) a modificação do conceito de setor informal passou a ser utilizado pela expressão *economia informal*, com o objetivo de abranger diversas atividades econômicas que a rigor, não tem uma fronteira definida, a exemplo a de atividades, tais como: “[...]; d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária.” (KREIN; PRONI, 2010, p. 12).

Segundo Kraychete (2000) as pessoas ao perderem seu trabalho regular e entrarem no mercado informal estão propícias à diminuição de renda, além de terem a seguridade social ameaçada por não contribuírem para a Previdência Social. Os trabalhadores passam a depender das suas próprias forças para criarem e realizarem suas atividades. Porém, o governo brasileiro na última década tem criado programas para a migração desses empreendimentos ditos informais para a formalidade, tendo como um exemplo a lei complementar nº 128, de 19/12/2008 que cria condições específicas para os trabalhadores inseridos no mercado informal se legalizarem.

Mesmo sem uma linha separadora muito clara, há autores que distinguem nos setores populares um tipo de economia que denominam de economia solidária.

2.2 A economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários

De acordo com Singer (2004) a economia solidária surge como um modo diferente de produção, de consumo e comercialização. Esses processos são baseados em aspectos democráticos, autogestionários, cooperativos, solidários, focados também na preservação ambiental e nos direitos humanos. As pessoas que atuam nessa outra economia que surge são trabalhadores dos meios urbano e rural que praticam atividades de produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), comercialização e consumo solidário.

No Brasil, em decorrência do alto índice de desemprego e dos processos burocráticos para a formalização dos empreendimentos (em particular os solidários) muitos trabalhadores encontraram, nas atividades associativas uma forma viável de ocupação e geração de renda. As cooperativas, as associações comerciais ou de produtores, os clubes de trocas, dentre outros são exemplos de iniciativas crescentes no Brasil no campo da economia solidária, denominados de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Nesses empreendimentos a autogestão e cooperação são práticas recorrentes, e distintas do modelo praticado na economia capitalista tradicional.

Rutkowski e Lianza (2004) *apud* Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) caracterizam os empreendimentos econômicos solidários pelo fato de não existir empregador e nem funcionário, onde as decisões e o caminho em que o empreendimento toma são de responsabilidade dos associados que tomam essas decisões de forma coletiva. Ainda citado por Rutkowski e Lianza (2004 *apud* LECHAT, 2002) essa nova lógica de produção e comércio é diferente do princípio das bases conceituais capitalistas, onde o acúmulo de capital e a competitividade comandam plenamente o cenário. Para os empreendimentos da economia solidária a reciprocidade e as relações sociais em comunidade são os elementos primordiais.

Segundo Gallo (2004) ao decorrer dos anos de 1990 e início do século XXI, o aumento do desemprego, da pobreza e da má distribuição de renda no país influenciaram para o acúmulo exorbitante de capital nas mãos de poucas pessoas. Ainda segundo o autor cerca de 30% da população daquela época vivia apenas com meio salário mínimo. Outros fatores agravaram ainda mais a situação da população mais carente como cita o autor a seguir: o “[...] nível de analfabetismo, de mortalidade infantil, de desnutrição, de desenvolvimento da saúde e saneamento básico, de moradia, entre outros que podem compor as condições de vida de uma população.” (GALLO, 2004, p. 150 *apud* SEADE/DIEESE, 2000).

Juntando todos estes fatores com a vivência e surgimento dos modelos autogestionários e solidários, através de organizações de apoio e movimentos sociais dispostos a auxiliarem esse movimento, a economia solidária assim surge como outra economia, apresentada na citação do autor Lechat (2002, p. 10):

[...], devemos resgatar o processo de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias, a atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igrejas, prefeituras e governos de esquerda que lhes deram e dão suporte e promovem sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas, [...].

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apesar de grande parte dos empreendimentos surgiram ao longo dos anos 90, segundo Gaiger (2004) outras experiências de economia solidária surgiram anteriormente a esse período. Essas práticas surgem em tempo e espaço distintos, produzidos pela necessidade dos trabalhadores em promover a solidariedade e a ajuda mútua entre eles. Sendo alguns exemplos citados abaixo pelo autor.

- a) a presença de setores populares com experiência em práticas associativas comunitárias ou de classe quer trate-se de uma experiência legada à memória,
- b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vinculadas nos *movimentos de ação direta* (Doimo, 1995) e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais. [...]
- d) a presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias. [...]
- f) por fim, a formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas que apontam, as quais passam a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política. [...] (GAIGER, 2004, p. 14-16).

A economia solidária vem se fortalecendo no Brasil. No ano de 2004 foi mapeado pelo SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária os empreendimentos econômicos solidários no país e criado o Atlas de Economia Solidária do Brasil, tendo esse mapeamento o objetivo de identificação, caracterização, visibilidade e conhecimento sobre a economia solidária brasileira, bem como o fortalecimento e integração dos empreendimentos em redes e dando suporte na formulação de políticas públicas (ATLAS, 2005/2007). Esses empreendimentos são organizações coletivas de trabalhadores que podem estar inseridos nos meios rural ou urbano que praticam a autogestão no empreendimento, possuindo ou não registros firmados legalmente, exercendo assim atividades econômicas de variados tipos (ATLAS, 2005/2007).

Segundo o Atlas (2005/2007) existem cerca de 21.859 empreendimentos solidários no Brasil, sendo a região nordeste com o maior número de empreendimentos do país, contabilizando 9.498 (43,5%). Focando na realidade nordestina, o estado da Bahia possui 1611 (17%) organizações solidárias, ficando somente atrás do estado do Ceará que detém 1854 (19,5%) empreendimentos associativos da região nordeste. Especificando para o local de aplicação do trabalho de campo deste trabalho, Salvador possui 66 empreendimentos, cerca de 4,1% do estado da Bahia, figurando na primeira colocação em números de organizações dentre os municípios baianos.

Em relação à forma organizacional dos empreendimentos da economia solidária, o Atlas (2005/2007) dividiu as formas de organização do país em quatro tipos: grupo informal 7.978 (36%), associação 11.326 (51,81%), cooperativa 2.115 (9,67%) e outras 302 (1,38%), tornando a forma de se organizar em associação a mais frequente no Brasil.

Ainda de acordo ao Atlas (2005/2007) o Nordeste lidera também quando se divide as formas de organização. É o primeiro do país em empreendimentos em forma de associação 6.153 (65,11%), novamente primeiro colocado em grupos informais 2.640 (27,95%), segundo colocado em cooperativas 586 (6,2%) e em outras formas de organização 70 (0,74%), perdendo apenas para a região Sul do país. Como o referido trabalho é direcionado aos empreendimentos informais da economia solidária cabe aqui expressar os números do mesmo. Para o estado da Bahia existem 318 grupos informais e em Salvador são sediados 19 desses grupos (5,95%).

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para o Atlas (2005/2007) em direção aos participantes dos empreendimentos econômicos solidários, existem no país 1.687.496 colaboradores do movimento, liderando estatisticamente nas pesquisas a região Nordeste com 645.504 pessoas (38,25%), sendo o estado baiano com o maior número de participantes nos empreendimentos comparado a essa região com 121.491 participantes (18,82%). Em relação ao gênero, na Bahia participam 73.765 homens (60,71%), 47.726 mulheres (39,28%). A cidade de Salvador fica na sétima posição em número de participantes com 2.870 (2,36%), sendo 30,27% homens e 69,72% mulheres. Contrariando a freqüente predominância do homem nos empreendimentos do estado da Bahia, em Salvador a grande freqüência é liderada pelas mulheres do município.

O Atlas da Economia Solidária divide os motivos de criação dessas organizações econômicas solidárias em todos os estados da federação, cabe aqui apresentar as seis categorias apresentadas e contabilizadas na cidade de Salvador: alternativa ao desemprego detém arranjos associativos - 74,55%; obter maior ganho de renda - 7,27%; complementação da renda - 7,27%; trabalho associado - 10,91%; acesso a financiamentos e recuperação de empresa de massa falida nenhum caso.

Através dos dados apresentados observa-se um maior predomínio e disposição da criação dos empreendimentos como alternativa ao desemprego na cidade de Salvador, fato esse que comprova que apesar do emprego ter crescido nos últimos anos, o contingente de pessoas sem emprego é grande. As pessoas vêem nos empreendimentos associativos uma forma de combater essa mão-de-obra parada, procurando assim uma ocupação da qual tenham afinidade ou habilidade por meio dela possam gerar renda.

3 A SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

De acordo com Fernandes (2011 *apud* PHILIPPI, 2001) a sustentabilidade tem a característica de sustentar-se e manter-se, sendo as atividades sustentáveis capazes de serem mantidas por um prolongado período, mesmo com a possibilidade de imprevistos que possam existir para impossibilitar a sustentabilidade nos empreendimentos.

Ainda segundo Fernandes (2011) o conceito de sustentabilidade possui vários entendimentos. Frequentemente é usado para determinar as ações dos indivíduos para com a preservação dos recursos naturais, não comprometendo as futuras gerações. Também está ligado com o crescimento sustentado da economia, sendo esse crescimento durável e assegurado. Possui ligação com o conceito de sustentabilidade empresarial, onde os empreendimentos se atentam às questões que envolvem o meio ambiente. E, do ponto de vista das finanças, está inteiramente relacionado com a questão da sustentabilidade financeira dos empreendimentos, a qual aqui caberá uma atenção maior, pois é o foco de estudo do referido trabalho.

A sustentabilidade financeira tem uma grande importância para o desenvolvimento de quaisquer tipos de empreendimentos da economia solidária ou não. Para os empreendimentos dentro da economia capitalista empresarial tradicional onde o lucro é o maior objetivo da organização, a sustentabilidade financeira é fator principal para a durabilidade do seu funcionamento. Para os empreendimentos enquadrados dentro da economia solidária, possuir finanças sustentáveis é determinante para a sua sobrevivência. Porém, nesses casos, também tem que se levar

em conta outros fatores como a autogestão, valorização maior do trabalhador na organização, reciprocidade e a importância da união de todos para o alcance dos objetivos do grupo.

4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento financeiro é um processo importante a ser feito por todos empreendimentos quer sejam de natureza comercial ou não. Esse trabalho pretende avaliar o planejamento financeiro nos empreendimentos da economia solidária.

Para Lucion (2005 apud ROSS, 1998, p. 82)

O plano financeiro mostra a forma como as metas e os objetivos financeiros dos empreendimentos serão alcançados futuramente a longo ou curto prazo, assim dando suporte para as tomadas de decisões em ocasiões não programadas, sempre com opções prognosticadas pelos gestores ou associados.

De acordo com Lucion (2005) o planejamento financeiro executado de maneira correta, tende a assegurar o alcance dos objetivos e a obtenção dos resultados esperados pelos empreendimentos. Ainda para Lucion (2005, p. 146) “O planejamento financeiro ajuda a estipular metas, deixando os gestores motivados, oferecendo os mecanismos para avaliação dos resultados.”.

Na visão de Galvão (2008, p. 17 apud GROPELI & NIKBAKHT, 1999, p. 364):

Planejamento financeiro é o processo de estimar a quantia necessária de financiamento para continuar as operações de uma companhia e decidir quando e como a necessidade de fundos seria financiada. Sem um procedimento confiável para estimar as necessidades de financiamento, uma corporação pode acabar não tendo fundos suficientes para pagar seus compromissos tais como juros sobre empréstimos, duplicatas, despesas de água, luz e telefone.

Para Oliveira (2012) o plano das finanças é caracterizado pelas indicações futuras, sendo de longo ou curto prazo servindo para guiar as decisões que serão tomadas pelos empreendimentos. A flexibilidade nas tomadas de decisões é outra característica para o planejamento e sempre deverá ajustar-se de acordo com o momento e as necessidades do momento. A participação dos gestores e associados de forma responsável é primordial para o caminho a se seguir dentro da organização, sendo que o planejamento proposto quase nunca dará o planejado, a citação de Oliveira (2012, p. 79-80) a seguir confirma o pensamento expresso anteriormente:

Os princípios da responsabilidade e de autoridade, como em qualquer área da administração empresarial, deverão ser criteriosamente observados no planejamento e controle financeiro. Um plano imposto nunca poderá dar o mesmo resultado que um plano estudado, analisado e aprovado por todos os setores envolvidos. O fator psicológico constitui a mola-mestre para a consecução de bons resultados.

4.1 Tipos de planejamento financeiro

Oliveira (2012) afirma que não existe diferença quase alguma entre o plano em curto prazo e o de longo, pelo menos da forma como os dois são abordados. As mesmas bases são usadas para identificar quais produtos serão

comercializados, os custos, despesas e o ciclo do caixa, além dos itens do balanço patrimonial. Apenas são diferentes quando apresentados. Quase sempre, os planos financeiros de curto prazo possuem mais detalhes, pois se caracteriza por agrupar e planejar em um período de até um ano todas as atividades financeiras dentro do empreendimento. O planejamento de longo prazo é realizado em período de um, dois, três ou até cinco anos a depender da instituição, devendo sempre ter como base as análises operacionais mensais.

A citação de Lucion (2005, p. 151) confirmar ainda mais a importância do planejamento financeiro em relação aos seus dois tipos: “Não há uma definição globalmente aceita para finanças em curto prazo. A diferença mais significante entre finanças de curto prazo e finanças de longo prazo é a duração da série de fluxo de caixas.”.

Cada objetivo dentro do empreendimento deverá possuir a determinação de um prazo para ser alcançado. Os prazos direcionam os gestores ou associados para as possibilidades de se poupar o necessário ou de se criar um fundo de reserva, para as eventualidades que ocorrerão futuramente e os efetivos gastos diários que a instituição está acondicionada, sendo que não atrapalham ou comprometam a busca pelos resultados financeiros dentro da instituição.

4.1.1 Planejamento financeiro de curto prazo

Segundo Oliveira (2012) as atividades projetadas para o período entre um ano e dois anos, em que se consiga antecipar os fatos não esperados dentro de um empreendimento são chamadas de plano de finanças ou operacionais em curto prazo.

Apesar do planejamento financeiro de curto prazo ser de grande importância para os empreendimentos, muitos deles ainda não se planejam antes de dar início ao negócio. A grande maioria não possui capital de giro desejado para continuar com suas atividades e cumprir com suas obrigações diárias. Outros empreendedores não sabem ou não elaboram o plano financeiro de maneira correta. É necessário que se gerencie o ciclo do caixa, atentando-se para os fluxos de operação da organização, para o processo de produção, o cumprimento dos pagamentos com os fornecedores, o controle das vendas e recebimento de valores.

Lucion (2005, p. 151-152) cita a seguir:

As decisões financeiras de curto prazo implicam em geral, a passivos e ativos de curta duração e, são normalmente fáceis de anular. Um gestor financeiro de curto prazo não precisa prever o futuro remoto, as decisões financeiras a curto prazo são mais fáceis, mas não menos importantes do que as decisões a longo prazo.

É necessário definir as obrigações feitas no planejamento de período curto e cumpri-las como: o pagamento de aluguel, gastos com água, luz e outras despesas correntes da organização. O cumprimento dessas obrigações serve para manter certa saúde financeira do empreendimento, especialmente a liquidez, garantindo a sua operação.

De acordo com Galvão (2008) para preservar a saúde nas finanças do empreendimento, deve-se observar cinco aspectos do plano de curto prazo. O primeiro aspecto a ser observado é a previsão das vendas. Para Galvão (2008, p. 18 apud GITMAN, 1997, p. 591) é “[...], o prognóstico das vendas da empresa projetadas para um determinado período, [...]”. Em seguida o orçamento do caixa é de fundamental importância, pois o gestor acaba

fazendo estimativas das entradas e saídas do caixa. Galvão (2008, p. 20) cita que “[...]. O orçamento pode ser elaborado em períodos mensais ou trimestrais de recebimentos e pagamentos.”. Outro aspecto que não pode passar em branco é a administração das contas a receber pelo empreendimento. O gestor ou associado deve anotar, organizar e documentar todas as atividades relacionadas a venda. Fazendo isso, a organização saberá as datas dos vencimentos das contas a receber, o valor específico e agregado das vendas. A administração das contas a serem pagas é outro fator importante para a saúde a curto prazo do empreendimento. O resultado da boa administração dessas contas vem através do registro dos fornecedores a serem pagos, dos serviços que foram prestados à instituição, tais como: recibos de água, energia e todas as contas que devem ser pagas para manter o funcionamento do empreendimento. O quinto aspecto salientado é administrar o estoque. Segundo Galvão (2008, p. 25) *apud* Matias (2007, p.100) é estabelecido “[...] para a gestão do capital de giro, uma vez que o estoque implica em custos e riscos para a empresa e, desta forma, influencia a rentabilidade do negócio.”.

Conjuntamente com o plano de finanças de curto prazo, deve-se dar início aos planos financeiros de longo prazo, o empreendimento deve saber quando, como e onde aplicar os novos investimentos, sabendo aplicar da melhor maneira possível esses valores.

4.1.2 Planejamento de longo prazo

Em relação aos planos financeiros em longo prazo Lucion (2005, p. 149) *apud* Gitman (1997, p.588) propõe o conceito a seguir:

Os planos financeiros a longo prazo são ações projetadas para um futuro distante, acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Tais planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos, sendo comumente encontrados em planos quinquenais que são revistos periodicamente à luz de novas informações significativas.

Oliveira (2012) avalia o plano das finanças em longo prazo como parte das estratégias delimitadas pelo empreendimento que, juntamente com o planejamento da comercialização, produção, dentre outros, orientam a organização a traçar e alcançar seus objetivos e metas estratégicas. A união desses planos tem como destaque, de acordo com Oliveira (2012, p. 77) “os dispêndios de capital, atividades de pesquisa e desenvolvimento, ações de marketing e de desenvolvimento de produtos, estrutura de capital e importantes fontes de financiamento.”. A inclusão de outros planos é de suma importância para os planos em longo prazo, citado a seguir por Oliveira (2012, p. 77) “a conclusão de projetos existentes, de linhas de produtos, ou ramos de negócios; reembolso ou amortização de dívidas e quaisquer aquisições planejadas. Tais planos tendem a ser subsidiados por inúmeros orçamentos e planos [...]”.

O planejamento a longo prazo necessita de revisão ao longo do período. Quando do planejamento, existem expectativas que levem a um efeito satisfatório. Mas com o passar do tempo, vários fatores, a exemplo de no mercado, pode levar a outras circunstâncias e o gestor deve ficar atento às mudanças e tentar adaptar o máximo possível seu plano financeiro a elas.

Para Lucion (2005) a inexistência do plano de finanças se destaca como grande motivo de dificuldades, liquidação ou falência dos empreendimentos. O autor fala sobre a interligação que possuem os dois tipos de planos

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

citados anteriormente: “[...] Planos financeiros em longo prazo possuem a tendência a serem custeados por planos financeiros em curto prazo e estão ligados a planejamento estratégico da organização.”. Lucion (2005, p. 150).

4.1.3 Controle das contas

O conceito de controle das contas para Zenni (2007, p. 22 apud MIGLIAVACCA, 2002, p. 17) é: “controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para a sua correção”. É de imprescindível importância para o auxílio nas metas propostas em reuniões e assembleias realizadas pelo empreendimento.

O gerenciamento das contas do empreendimento ajuda o empreendedor ou gestor a avaliar o plano de investimentos que deverá ser realizado futuramente, classificando ao final do estudo a viabilidade ou não de realização do projeto de implantação do empreendimento ou da sua sustentabilidade. Porém esse método de mensuração da rentabilidade dos empreendimentos tradicionais não podem ser atribuídos na íntegra como indicadores para um empreendimento econômico solidário. Como cita Kraychete (2012):

A viabilidade dos empreendimentos da economia solidária não se traduz, apenas, na produção de bens e serviços, mas na (re) produção de relações de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas. Pensar a viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, é substancialmente diferente de pensar a viabilidade de uma empresa capitalista [...] (KRAYCHETE, 2012, p. 17).

5 INDICADORES FINANCEIROS

Fernandes (2011) cita a origem da palavra indicador do latim *indicare*, que ao se traduzir para o português significa os verbos apontar ou proclamar. Ainda para Fernandes (2011 apud CAVALCANTI, 1998) esse termo ajuda no transporte dos dados, informações e conhecimentos relativos a variados tipos de métodos, acontecimentos que ocorrem dentro das empresas, empreendimentos econômicos solidários e organizações governamentais.

Para Fernandes (2011 apud HRONEC, 1994, p. 5), os indicadores conduzem os métodos ou planos em todo o empreendimento, auxiliando nas tomadas de decisões; devem ajudar os gestores a perceberem se os objetivos e metas da organização estão sendo atingidos, mostrando informações sobre o desempenho do grupo sob suas atividades; devem focar na importância do grupo ou organização, diminuindo processos não tão importantes para o grupo como todo. Para a formulação dos indicadores de sustentabilidade financeira essas características devem ser observadas pelos empreendimentos. É também levada em conta a circunstância de empregabilidade do indicador apresentado, principalmente para a tomada de decisões no ambiente financeiro, assim proposto pelo trabalho.

Para Fernandes (2011, p. 29 apud FREITAS, 1997, p. 52), existem algumas variáveis que dificultam as tomadas de decisões, sendo elas:

[...] os objetivos da organização, os critérios de racionalidade e de eficácia, as informações (a falta ou excesso, situação de incerteza, complexidade e conteúdo), raciocínio, valores, crenças, recursos, etc. Estas variáveis servem de apoio ao decisor, principalmente quando o conteúdo das informações possibilita formar uma base de conhecimento e ajuda no raciocínio, contribuindo para a formação de valores positivos (recursos) e a eliminação de crenças ou mitos, encaminhando o administrador para decisões acertadas e sua execução (ações).

Os empreendimentos econômicos solidários na maioria das vezes, não possuem informações necessárias para as tomadas de decisões financeiras, dificultando os gestores das organizações na utilização da contabilidade como mecanismo da gestão das contas. De certa maneira, alguns indicadores financeiros que mostram ser eficazes no contexto atual, acabam sendo desconsiderados. Os indicadores financeiros são de grande valia para os empreendimentos econômicos solidários, mesmo tendo não especificação conforme salienta Kraychete (2012, p. 17).

6 ANÁLISE DO GRAU DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Este tópico aborda o estudo, de como a existência do planejamento financeiro é importante ou não para os empreendimentos da economia solidária em bairros populares de Salvador, bem como procura mostrar os índices encontrados nesses empreendimentos e analisá-los, além de relacionar em que proporção a existência de algum planejamento financeiro consegue afetar a sustentabilidade desses empreendimentos solidários.

6.1 Perfil dos empreendimentos

Dos 13 empreendimentos entrevistados, 3 produzem cosméticos naturais, 5 são artesãos de material reciclável, 3 produzem produtos de limpeza através do reaproveitamento do óleo de cozinha e 2 produzem vassouras de piaçava. Sete empreendimentos são formados totalmente por mulheres (53,85%), 4 totalmente por homens (30,77%) e 2 com formação mista (15,38%). Em relação a quantidade de empreendimentos da cidade de Salvador, a pesquisa conseguiu abranger 19,75% dos empreendimentos da cidade, 13 dos 66 empreendimentos da cidade contabilizados pelo Atlas da Economia Solidária (2007). O número total de pessoas que foram contabilizadas são 72 pessoas, divididas em 52 mulheres (72,22%) e 20 homens (27,78%), refletindo uma maior predominância das mulheres nos empreendimentos econômicos solidários, confirmando o perfil de gênero apontado pelo Atlas (2005/2007).

Do total de empreendimentos pesquisados, 5 se organizam em associações (38,46%) e 8 em empreendimentos familiares (61,54%), abrangendo um total de 72 trabalhadores. Os organizados em associações possuem 26 (36,11%) integrantes nos empreendimentos pesquisados, sendo divididos da seguinte forma: 3 aposentados (11,24%), 14 não possuem emprego (53,85%) e 9 possuem emprego (34,91%). Para os que se organizem em empreendimentos familiares, de um total de 46 participantes (63,89%), 12 são aposentados (26,09%) 6 não possuem emprego (13,05%) e 28 possuem emprego (60,86%). Pelos números obtidos, pode-se detectar um número maior de integrantes dos empreendimentos familiares do que nos empreendimentos associados. Os números mostram que nos empreendimentos associativos, a maioria dos trabalhadores tem a renda obtida como ganho

principal, ao contrário dos empreendimentos familiares que a tem como ganho complementar. Essa dedução vem do perfil que compõem a formação de desempregados (associações com 53,85%) e do grupo que possui emprego ou aposentadoria (aproximadamente 86% para os integrantes dos empreendimentos familiares).

O local de produção dos empreendimentos é dividido da seguinte forma: 7 produzem em suas casas (53,85%), 4 tem o seu local de produção em lojas anexadas as casas (30,77%) e 2 fazem seus produtos em lojas alugadas (15,38%). Em relação ao local de comercialização dos empreendimentos, 3 alugam pontos comerciais (23,07%), 3 em lojas próprias (23,07%), porém anexadas a casa onde moram, 6 comercializam seus produtos na própria moradia (46,14%) e 1 vende seu produto em feiras livres (7,72%). Analisando os dados, a maioria dos empreendimentos produz e comercializa em suas casas ou numa extensão dessas, indicando uma busca de baratear custos, mas também é um indicador de informalidade.

Pode se deprender que os empreendimentos, mesmo que de forma intuitiva, estão buscando a sua sustentabilidade, na conceituação desenvolvida por Fernandes (2011). Por outro lado, o perfil apresentado evidencia as características especiais desses empreendimentos, levantados por Kraychete (2000) e assim, deve ser levado em conta quando da aplicação de indicadores de desempenho empresariais tradicionais.

Também é possível se identificar o espírito de economia solidária, assinalada por Singer (2004) no que tange a aspectos autogestionários, cooperativos e solidários.

6.2 Identificações de planejamentos financeiros nos empreendimentos

Esta parte do trabalho apresenta resultados obtidos através da aplicação dos questionários junto aos empreendimentos que identificam a existência de algum planejamento financeiro nos empreendimentos econômicos solidários de Salvador.

Inicialmente, foram feitas perguntas relacionadas ao planejamento financeiro. Cinco empreendimentos afirmaram que fazem planos de quanto gastam para produzir (38,46%), ao passo que 8 dizem que não são acostumados a planejar seus gastos (61,54%).

Em relação aos preços praticados no mercado serem suficientes para cobrirem seus custos de produção, 3 empreendimentos se sentem satisfeitos com os retornos financeiros (23,07%) e 6 informaram que não estão animados com os resultados financeiros alcançado pelo empreendimento (46,14%), quatro empreendimentos estão receosos com os resultados (30,79%), mas ao mesmo tempo com esperança dos resultados melhorarem. A grande maioria dos empreendimentos (76,92%) não estão satisfeitos com os resultados obtidos financeiramente, porém a pesquisa mostra que nenhum deles possui estratégias de venda ou algo que promovam seus produtos e aumentem suas receitas e sobras.

Fica evidente que não há uma preocupação com o planejamento financeiro de longo ou curto prazo. Nesse aspecto, mesmo empreendimentos associativos ou familiares, de caráter informal, não podem fugir ao que preconizam Lucion (2005) e Oliveira (2012) em relação ao valor do plano financeiro para estabelecer estratégias que os levem a atingir suas metas, formar preços compatíveis e controle das contas.

6.3 Análises dos indicadores financeiros

Este subtópico da pesquisa pretende apresentar e analisar os dados que estão relacionados com os indicadores financeiros de sustentabilidade, para que se possa aferir o grau de sustentabilidade dos empreendimentos. Foi proposto a identificação de dois tipos de indicadores financeiros nos empreendimentos. O primeiro que se diz respeito ao ponto de equilíbrio e o segundo ao índice de liquidez corrente dos empreendimentos. A partir da identificação e tratamento desses dados, pretende-se medir o grau de sustentabilidade desses empreendimentos e concluir o presente trabalho. Foram feitas perguntas relacionadas a custo e despesa, ativos circulantes e passivo circulante.

Em relação aos custos, todos os empreendimentos possuem custos fixos e variáveis, sendo esses custos de conhecimento por todos os empreendimentos, possuindo custos fixos que variam entre vinte e cinco reais a seiscentos e quarenta reais.

Para o conhecimento do ativo circulante dos empreendimentos, todos possuem dinheiro livre em mãos para pequenas despesas, valores esses que estão na faixa de cinquenta até mil e quinhentos reais. Foi também perguntado sobre o valor médio mensal de vendas a prazo sendo que, 10 empreendimentos possuem vendas a prazo (76,92%) e 3 não possuem (23,08%), com valores variando entre em zero a dois mil reais. Os empreendimentos também informaram valores médios mensais do material guardado em estoque para fabricarem novos produtos. Nove empreendimentos possuem estoque das suas matérias-primas (69,23%) e 4 não possuem estoque algum (30,77%). Essa informação mostra que a maioria dos empreendimentos costuma estocar materiais para fabricação, sendo fundamental para evitar atrasos na fabricação dos produtos ou de serem afetados pelas variações dos preços das matérias-primas.

Três dos empreendimentos possui o hábito de poupar em fundos para o futuro, sendo que os outros dez acabam repartindo os valores ganhos com suas atividades. Na hora de repartir os valores, a maioria dos empreendimentos, especialmente os familiares e que possuem mais aposentados, empregados ou familiares reclamam desses valores (8 empreendimentos).

Com relação ao passivo circulante, primeiramente foi perguntado aos empreendimentos, se os mesmos possuem algum fornecedor a ser pago. Como resposta, 7 não possuem dívidas com fornecedores (53,85%) e 6 possuem contas a serem liquidadas com os fornecedores (46,15%), com um montante máximo de um mil reais. Também foi abordado com os empreendimentos, quais deles possuíam empréstimo bancário: 3 possuem empréstimos a serem pagos (23,08%) e 10 não possuem essas obrigações (76,92%). Em referência a remuneração de pessoas ou terceiros, nenhum empreendimento possui empregado remunerado, pois os mesmos repartem as sobras com os seus associados e esses não são considerados funcionários remunerados. Também vista assinalar que nenhum dos empreendimentos contribui com impostos, pois são empreendimentos informais solidários.

A pesquisa demonstra que os dados com que de defrontam os empreendimentos estudados seriam bem melhor entendidos e serviriam de base para melhorar seu desempenho, caso esses grupos desenvolvessem algum tipo de sistematização que levassem a um controle de contas como indicado por Zenni (2007). Também as decisões no ambiente financeiro ficariam mais claras e aceitas, à medida que os grupos desenvolvessem indicadores financeiros como indica Fernandes (2011).

6.3.1 Avaliação do ponto de equilíbrio

Para Megliorini (2009) o ponto de equilíbrio de um empreendimento, pode ser mais facilmente entendido a partir do valor monetário da receita. Segundo esse autor, esse ponto é atingido quando a receita dos produtos comercializados se iguala aos custos e despesas, tanto fixos como variáveis.

Gráfico 1. Receita dos empreendimentos e o valor financeiro do ponto de equilíbrio



Fonte: Elaboração pelo autor.

Conforme demonstrado no gráfico 1, todos os empreendimentos estudados ultrapassaram o ponto de equilíbrio em seu valor financeiro. As receitas obtidas levaram os empreendimentos a superarem, com folga, o valor mínimo exigido pelo ponto de equilíbrio.

6.3.2 Índice de liquidez corrente dos empreendimentos.

De acordo com Megliorini (2009) a definição corrente em administração financeira, a liquidez de um empreendimento é a sua capacidade de cumprir como suas obrigações de curto prazo, na data prevista. E a liquidez corrente é calculada pela relação: $ILC = \text{ativo circulante} / \text{passivo circulante}$. Ou seja: a capacidade total de ativos de curto prazo (caixa, contas a receber e estoque) pagarem as obrigações de curto prazo (aluguel, salários, contas a pagar, etc...). Para se avaliar os índices encontrados, quando o índice é maior que 1, o resultado demonstra folga no disponível para a liquidação das obrigações; se igual a 1, os valores das obrigações e direitos a curto prazo são equivalentes e; se menor que o índice 1, não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo.

Gráfico 2 Índice de liquidez corrente dos empreendimentos



Fonte: Elaboração pelo autor.

No gráfico 2, 23% dos empreendimentos não têm disponibilidades para quitar suas dívidas – índice de liquidez corrente <1. Já 23% dos empreendimentos tem o índice de 1 a 1,5 e, esses empreendimentos demonstram que os valores das suas obrigações e direitos estão equacionais. E, 54% dos empreendimentos possuem grande folga para o cumprimento das suas obrigações (índice de liquidez corrente entre 3 e 5).

É preciso, no entanto, se observar que uma liquidez alta, favorece por um lado o cumprimento das obrigações nos prazos, mas por outro lado, pode estar incorrendo em custo de capital imobilizado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os empreendimentos apresentarem nos seus índices uma determinada saúde financeira das suas contas, que os mantenham sustentáveis, ressalve-se que para 5 dos 13 empreendimentos apresentam sustentabilidade (38,46%), não somente em suas contas, mas na satisfação dos associados de cada empreendimento em fazer parte dessas organizações. É questionável usar apenas o planejamento financeiro como indicador principal para medir a sustentabilidade, pois não adianta possuir certa sustentabilidade nos empreendimentos, se quando é verificada a satisfação de todos os associados em fazer parte dos seus empreendimentos a maioria não está satisfeita com os resultados alcançados. Para os empreendimentos da economia solidária pesquisados, 8 dos empreendimentos (61,54%) não demonstram possuir esse valor agregado à sustentabilidade.

Cinco (38,46%) demonstraram sustentabilidade, não por ultrapassarem o seu ponto de equilíbrio ou mesmo que a maioria dos empreendimentos possuam seus índices de liquidez corrente satisfatórios, mas sim também pela satisfação dos seus associados em desempenhar suas atividades, até porque a grande maioria dos sócios sobrevive das suas atividades. Sendo a dedicação dos associados bastante importante para o desenvolvimento do empreendimento, pois a maioria dos membros desses cinco empreendimentos é desempregada e tem nessas atividades sua principal fonte de renda e sobrevivência. Pode-se afirmar que pelo fato dos outros oito empreendimentos serem formados de maioria empregados, aposentados e familiares, haver uma menor dedicação nas

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

suas atividades. Não é a principal fonte de renda das pessoas que fazem parte daqueles empreendimentos, além de não se sentirem satisfeitos com as partições das sobras. Esses empreendimentos familiares assim citados, possuem uma predeterminação de não se sentirem satisfeitos não apenas por possuírem outras formas de renda, mas porque usam quase todo capital ganho em consumo do lar, não separando o que deve ser investido no empreendimento e o valor a ser gasto com o lar, até porque esses empreendimentos não costumam ter fundos de reserva.

Esse modo de administrar as finanças pode estar em desacordo com o modo gerencial financeiro das empresas capitalistas. Porém, uma outra visão deve ser levada em conta, conforme salienta Kraychete (2012), tendo em vista as peculiaridades da economia informal e solidária. A administração financeira aconselha aos empreendimentos, a separar as despesas dos gastos pessoais, característica essa, que os empreendimentos econômicos solidários não a utilizam, pois não se encaixam dentro de certos parâmetros da economia capitalista tradicional.

O artigo também se deparou com a dificuldade para obtenção de dados mais recentes sobre os empreendimentos informais da economia solidária, os dados usados pelo trabalho foram coletados no ano de 2004 pelo SIES e apenas divulgados no ano de 2007 através do Atlas da Economia Solidária, para se ter uma ideia, o artigo conseguiu abranger 13 empreendimentos informais solidários em apenas 4 bairros da cidade, e o Atlas (2007) mostra a existência de 19 empreendimentos informais em toda cidade, demonstrando a necessidade em se atualizar esses dados.

O desafio que se propõe futuramente é o de se criar um indicador que possa aferir esse grau de sustentabilidade nesses empreendimentos, fazendo com que os princípios da economia solidária possam fazer parte dos indicadores que deverão ser criados. Não se trata de diminuir a importância do plano financeiro, mas lembrando de que o mesmo não é o único indicador a ser seguido pelos empreendimentos da economia solidária. É um indicador de empreendimentos da economia capitalista tradicional, conforme ressalva Kraychete (2012) que não contempla as características da economia solidária.

Por fim, dado a limitação da pesquisa, as conclusões aqui descritas necessitam de maior estudo para serem generalizadas sobre a aferição de um grau de sustentabilidade para os empreendimentos. Portanto, podemos entender que os dados e conclusões aqui apresentados podem servir de um indicador parcial para a situação financeira dos empreendimentos informais dos bairros populares da cidade de Salvador.

Artigo submetido para avaliação em 07/08/2014 e aceito para publicação em 16/06/2015

REFERENCIAS

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRAIL. Brasília: TEM, SENAES, 2005/2007. Disponível em: <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo.zip>. Acesso em: 22 nov. 2013

BRASIL, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Cidades** – 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740>>. Acesso em: 29 e jan. 2014.

BRASIL, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana** – 2003. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 21 out. 2013.

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

BRASIL, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Estados** – 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL, Jornal a Tarde. **Salvador tem alta do IDH, mas é só a 16ª capital no ranking – 2013**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1521912-salvador-tem-alta-do-idh-mas-e-so-a-16a-capital-no-ranking>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

BRASIL, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pib Municipal** – 2011. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=537&Itemid=283>. Acesso em : 22 jan. 2014.

BRASIL, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Índice de Desenvolvimento do Municípios** – 2011. 2011. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98&Itemid=82>. Acesso em: 29 jan. 2014 .

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, p. 2000, 153-171, jun. 2000.

FERNANDES, Miriane de Almeida. **Sustentabilidade Financeira** : Proposta de indicador de sustentabilidade financeira aplicável às micros e pequenas empresas. Disponível em: <http://www.faccamp.br/madm/Documentos/producao_discente/2011/02fevereiro/MirianeAlmeidaFernandes/dissert aCAo.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Analise & Dados**, Salvador: SEI. n. 1. 2002, v. 12, 9-19 p.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária no Brasil Artículos e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Revista Venezuelana de Economia Solidária**. Ano 4, n. 8, dez. 2004.

GALLO, Ana Rita. **Empreendimentos Econômicos Solidários**: Alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. Disponível em <<http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/409/309>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

GALVÃO, IGOR BATISTA. **Planejamento Financeiro de curto prazo**: o caso da oclus café. UESC. Departamento de ciências administrativas e contábeis. Ilhéus, 2008.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir; SINGER, Paulo; POCHMANN, Márcio. **Mapa do trabalho informal**: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 72 p.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. 248 p.

KRAYCHETE, Gabriel e CARVALHO, Patrícia. – org. **Economia Popular Solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, 152 p.

KREIN, José Dari; WEISHAUPT PRONI, Marcelo. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010, 1 v. 36 p.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em <<http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf#page=4>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO MECANISMO DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

LUCION, Carlos Eduardo Rosa. **Planejamento financeiro**. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/142/3955>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

MEGLIORINI, Evandir. **Administração financeira: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2009. 250 p.

OLIVEIRA, Donizete Cosme. **A importância do planejamento financeiro**. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=220>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?. In: LASSANCE JR, A. et al. **Tecnologia Social** – uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 167-186.

SINGER, Paul. **A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/difusao.html><http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/difusao.html>>. Acesso em: 27 jan. 2014 .

SINGER, Paul. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

ZENNI, José Carlos. **Sistema de controle interno das contas financeiras em uma empresa de pequeno porte**. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294164>>. Acesso em: 20 fev. 2014.